



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 376/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00289 PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Segurança Pública - SSP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita acesso aos dados criminais, contidos nos boletins de ocorrência (BO), registrados entre 01.09.2022 e 30.09.2022 no Estado, nas modalidades consumados e tentados, dos crimes que especifica. Atendimento parcial. Razões de fato para a recusa parcial do acesso pretendido indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 376/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em referência.
2. Em resposta, o órgão forneceu as informações que dispunha, esclarecendo que as informações solicitadas não são controladas/sistematizadas pela Secretaria, oportunidade em que disponibilizou os dados primários, extraídos diretamente do Banco de Dados do Sistema de Registro Digital de Ocorrências da Polícia Civil de São Paulo (RDO).
3. Em grau recursal de 1ª Instância, a Pasta enviou para o interessado o Ofício SSPOFI20220184A, com cópia da resposta à demanda do SIC nº 36098229077 que tratou de um pedido semelhante, onde o órgão se manifestou acerca da impossibilidade do atendimento da demanda e esclareceu que o órgão não possui, ainda, "*solução tecnológica que que consiga proteger todo e qualquer dado ou informação pessoal contidos no histórico dos boletins de ocorrências*", justificando, dessa maneira, a negativa do acesso as informações classificadas como pessoais, que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão forneceu as informações que dispunha e indicou as razões de fato da recusa parcial do acesso pretendido, justificando assim, a negativa de acesso a outros dados e informações pessoais, em conformidade com o disposto no artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Assiste razão ao órgão ao negar o acesso as informações pessoais, que potencialmente violam a intimidade, honra, vida privada e imagem das pessoas identificadas ou identificáveis, cujo acesso aos documentos, dados e informações deve ser restrito, conforme previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2015 (Lei de Acesso à Informações - LAI).
6. Cabe ressaltar que, neste caso, se encontram contrapostos dois direitos fundamentais e constitucionalmente assegurados: o acesso a dados e informações públicos e a proteção da intimidade e vida privada. A Pasta pode avaliar a possibilidade do acesso para consulta em sua sede aos históricos e localização, a fim de possibilitar a identificação do solicitante, em conformidade com o disposto no art. 31, §1º, II, §2º e §3º, da mesma Lei federal nº 12.527 /2011, em especial quanto (i) à comprovação da identidade do solicitante, ou, em se tratando de pessoa jurídica, da identidade de seu representante legal; (ii) à existência de relevante interesse público ou geral na realização da pesquisa que se pretende desenvolver; e (iii) à assinatura do Termo de Responsabilidade sobre não divulgação das informações a que se obtiver acesso, nos termos do § 2º, do artigo 15, do Decreto nº 61.836, 18 de fevereiro de 2016. E o órgão assim procedeu, conforme constou da manifestação da Assessoria Técnica de Gabinete da Secretaria da Segurança Pública, em análise de caso semelhante referido no Ofício SSPOFI20220184A, em resposta à demanda do SIC nº [REDACTED] cujos documentos foram enviados ao solicitante, por cópia, para conhecimento.
7. Considerando que o órgão forneceu as informações que dispunha e atendeu, parcialmente, o pedido de acesso à informação formulado pelo interessado, e, considerando, ainda, que o mesmo órgão indicou as razões de fato para a recusa parcial do acesso pretendido, com base na legislação vigente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, II e artigo 31, §1º, II, §2º e §3º, da citada Lei federal nº 12.527 /2011.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público